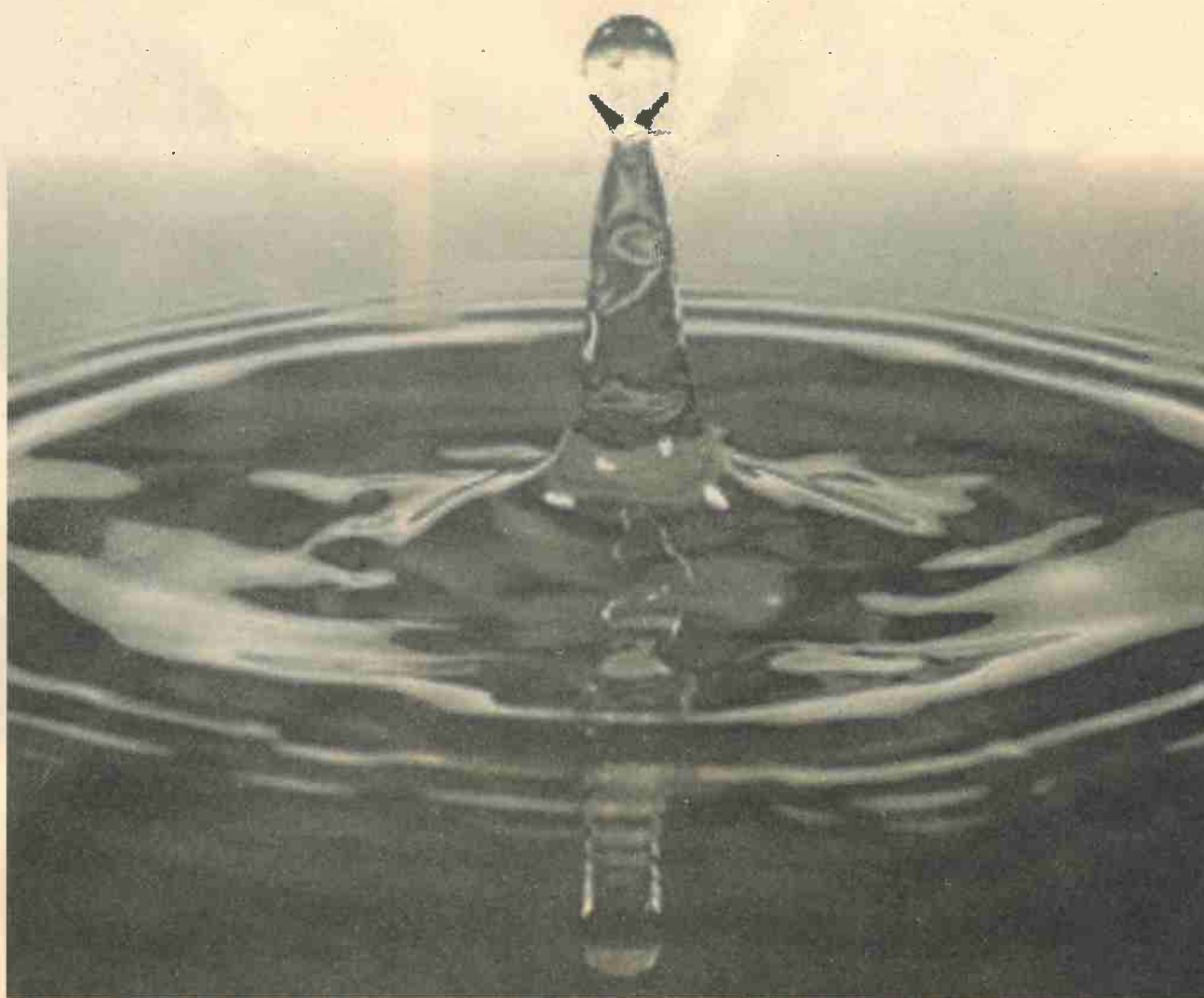


A água é tudo, perpassa todas as coisas que envolvem a sociedade. É um bem de domínio público e de grande valor social. Mas me incomoda a propagação, pela imprensa, de que falta água. Não falta água, falta uma gestão adequada desse recurso, porque o tratamos como qualquer coisa. Com essa polêmica, o professor Jurandyr Sanches Ross, chefe do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, abriu as discussões do 1º Encontro Internacional Governança da Água na América Latina. O evento – promovido nos dias 29 de outubro a 1º de novembro pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Procam) da USP – trouxe à Universidade especialistas na área para abordar questões técnicas e jurídicas, além de estudar a efetiva participação da sociedade na gestão de um recurso essencial a todos.

Uma das questões mais polêmicas na gestão das águas brasileiras são as fontes subterrâneas, que permanecem sem uma legislação abrangente e eficiente para garantir não só a punição das fontes poluidoras como a sua prevenção. Falta, por exemplo, uma regulamentação dos aspectos técnicos da lei que responsabilize os órgãos existentes, como o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), pelas ações de gerenciamento e outorga do uso da água. “Mesmo se houvesse uma legislação eficiente, impera nesses órgãos a falta de estrutura e de técnicos especializados para garantir a efetivação dessas responsabilidades”, afirmou o professor Reginaldo Bertolo, do Instituto de Geociências da USP.

Para Bertolo, o trabalho de



AMBIENTE

MÁRCIA SOMAN MORAES

Pelo bom uso dos

Catarina, que possui uma grande concentração de criadores de suínos. Pela falta de conscientização desse criadores e de uma fiscalização municipal severa, os rios são usados livremente como esgoto para os dejetos dos porcos. “Um dos pontos turísticos mais famosos da cidade, a Cascata da Coruja, ficou com um cheiro de amônia que é mais forte conforme nos aproximamos do rio. É um problema de cidadania, ou melhor, da falta dela, que levou à contaminação do rio, que serve não só de ponto turístico como também de fonte de água para as famílias do local”, conta.

Para participar efetivamente no gerenciamento da água, uma das alternativas viáveis é dar à população o seu papel no processo decisório junto aos comitês de bacia, órgãos criados com base no modelo francês de gestão, que permitiria o debate democrático (com a participação de representantes de todos os setores envolvidos) sobre as questões de uso, recuperação e preservação dos recursos hídricos.

“Mas participar nas decisões confere à sociedade civil uma responsabilidade técnica e política. E para fazer jus a ela é preciso dar conhecimento técnico, fazer com que entendam todos os riscos e necessidades envolvidos no uso dos recursos”, avalia Ivonilde Medeiros, professora de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFB) e uma das diretoras do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Para tal, ela enfatiza a importância de se criar, dentro do plano de bacia de cada comitê, um eficiente e facilmente acessível sistema de informações, com a situação qualitativa e quantitativa dos recursos da bacia. “Conhecer a realidade da bacia permite à po-

recursos hídricos

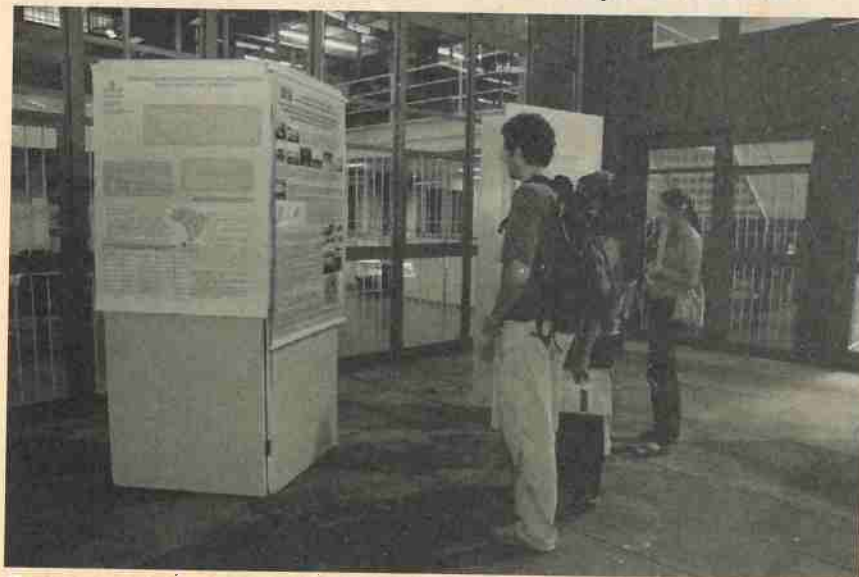
Educação da sociedade, participação popular e formação de profissionais são iniciativas fundamentais para o gerenciamento da água no Brasil, dizem especialistas em encontro realizado na USP

verificação de possíveis fontes de contaminação e mapeamento de regiões para outorga de uso de fluxos de água subterrâneos é um trabalho extremamente técnico e, no Brasil, ainda há poucos profissionais formados para executá-lo. "Treinamento contínuo. Esse é o caminho para a melhor gestão, seja para os funcionários desses órgãos públicos saberem fiscalizar, seja para o próprio usuário, que precisa ser educado sobre a importância da proteção ambiental desses recursos", propôs.

Outra grande falha na legislação dos recursos hídricos subterrâneos, segundo os especialistas, está na ausência de qualquer determinação sobre os fluxos de água que invadem diversas fronteiras estaduais. "Não há uma conversa entre os diversos âmbitos de poder pela melhor gestão. As responsabilidades ficam perdidas entre diversos órgãos e muito pouco acaba sendo feito", relatou Eldis Camargo, membro da Agência Nacional de Águas (ANA), que tem entre seus objetivos o fortalecimento do gerenciamento integrado dos recursos hídricos do País.

Para Eldis, o caminho está na maior comunicação entre o município, que vive o problema e pode facilmente identificá-lo, e a União, que tem as ferramentas e a verba para resolvê-lo. "É a lógica do pensar local, agir

global. Mas para funcionar é preciso também municiar os pequenos municípios com conhecimento sobre poluição ambiental e a importância de uma boa gestão", destacou.



O encontro do Procam na USP: estratégias para preservar um bem essencial



Fotos: Cecília Bortol

O problema se reflete também nos recursos que ultrapassam fronteiras de vários países, como o aquífero Guarani, que se estende pelo Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, numa área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados. Gerenciado sob as regras do Tratado da Bacia do Prata, parte dos acordos do Mercosul – do qual aqueles países fazem parte –, o problema não foi totalmente resolvido, de acordo com os especialistas.

Segundo o professor de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Christian Guy Caubet, ainda não há uma convenção adequada de como os países devem usar esse recurso, uma importante fonte de água potável de valor político, econômico e social. "Basicamente estabelece-se que cada país use a água sob o seu solo sem se preocupar com o que isso pode acarretar ao aquífero como

um todo. É uma legislação atrasada, baseada em um tratado no qual os países se comprometem unicamente a não poluir a água do outro país. É uma resposta economicista, egoísta e nacionalista."

Houve uma tentativa de resolver essas questões internacionais em 1997, com o desenvolvimento da Convenção sobre Direito dos Usos Não-Navegacionais dos Cursos de Água Internacionais, conhecida como Convenção de Nova York, que estabeleceu regras de negociação e elaboração de acordos bilaterais sobre cursos de água internacionais, na tentativa de preservar o uso igualitário dos recursos pelas diferentes nações. "Só assinaram essa convenção países diretamente prejudicados pelo uso desigual de recursos hídricos, o que não trouxe nenhuma solução efetiva. É uma questão ainda pouco discutida e que merece mais atenção", avaliou Caubet.

Participação popular – Ponto pacífico entre todos os especialistas, o caminho para uma gestão eficiente de recursos hídricos passa pela participação consciente de seus usuários. Para isso, é necessário educá-los primeiro a respeito do enorme valor social desse recurso, como um bem essencial à vida. "A água serve, acima de tudo, para o consumo da população. Mas o sistema jurídico brasileiro não consegue estabelecer prioridades de uso, não consegue conceder e controlar as outorgas de uso visando ao respeito do recurso como bem social e de domínio público", criticou Caubet.

Como exemplo, ele citou a cidade de Braço do Norte, em Santa

pulação cobrar o uso racional de seus recursos e tornar-se uma fiscalizadora de sua preservação."

Uma das ferramentas destacadas pela professora foi a recente criação da Universidade Popular das Águas, que, através de parcerias com outras entidades de ensino, oferece oficinas e cursos na área de gestão das águas para profissionais, estudantes e membros da sociedade civil interessados.

Já para a professora de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSC) Norma Valêncio, é preciso mais do que uma cadeira no comitê para garantir o poder de decisão a certos setores da população, que permanecem invisíveis diante dos representantes de grandes empreendimentos econômicos.

Membro do Comitê das Bacias Hidrográficas do Sorocaba e Médio Tietê, ela busca formas de aumentar a participação das donas de casa nos processos decisórios, setor que considera esquecido dos interesses do setor sucroalcooleiro, respaldados pela política de promoção do biocombustível. "O interior de São Paulo sofre com a fuligem da queima da cana, mas tudo que fazem é criticar a dona de casa por lavar sua calçada com água. Falta esse sujeito social no comitê, falta a dona de casa para dizer do que ela está disposta ou não a abrir mão para preservar os recursos hídricos", avaliou Norma.

Diante da visível ineficiência de grande parte dos comitês de bacias em efetivar a participação popular, a professora questiona se esse modelo é o ideal para um país de tanta diversidade como o Brasil. "Mesmo que haja representação de sociedades civis no comitê, até que ponto esse representante compreende a complexidade da questão do uso dos recursos hídricos? Até que ponto sua presença física garante efetiva participação? Inspiramo-nos em um modelo francês que nada tem a ver com nossa realidade. Antes de tudo, precisamos repensar nossas estratégias, buscando ferramentas de participação condizentes com o povo brasileiro."